Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1 Contexto operacional

# Informações gerais e modificações nos negócios

A Unipar Participações S.A. (a "Companhia") é uma companhia aberta, com sede no Estado do Rio de Janeiro e ações negociadas na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações e, atualmente, tem como atividade preponderante a participação como sócia ou acionista de outras sociedades, direta ou indiretamente, inclusive por meio de fundos de investimentos.

### Aquisição de investimentos: Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A.

Visando a diversificação de seu portfólio de investimentos, a Companhia concretizou, em 30 de maio de 2011, a aquisição de participação acionária na Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A por meio de Acordo de Investimento com a BNDES Participações S.A., a Estater Gestão de Investimentos Ltda. e com certos credores da Tecsis.

Nos termos desse Acordo, a Unipar subscreveu ações ordinárias da Tecsis correspondentes a 31,05% do capital votante e 25,25% do seu capital total, no montante total de R\$ 125.952, equivalente a USS 80.000, cujo aporte foi efetuado em 6 de junho de 2011.

O investimento da Unipar na Tecsis, maior fabricante mundial de pás customizadas para geradores de energia eólica, inaugurou o processo de diversificação de suas atividades, após a sua reestruturação societária efetuada em 2010.

A Unipar continua avaliando outras oportunidades de investimento dos seus recursos e de diversificação de suas atividades e manterá seus acionistas e o mercado informados à medida que tais oportunidades forem se concretizando.

### 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 01 de março de 2012.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação de certos ativos financeiros e de instrumentos derivativos mensurados aos seus respectivos valores justos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia também estão de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

### (b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPCs e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas. As práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria adotado o valor de custo ou valor justo.

### 2.2 Consolidação

### (a) Demonstrações financeiras consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes políticas contábeis são aplicadas às controladas, controladas em conjunto e coligadas.

### (i) Controladas

Controladas são todas as entidades (inclusive entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais da metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada são os valores justos dos ativos transferidos, os passivos incorridos e as participações no capital emitidas pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensuradas inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Numa base aquisição por aquisição, a Companhia reconhece a participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

O excesso da contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na adquirida e o valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da parte da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas e a Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, exceto quando a perda for um indicador de *impairment*. As políticas contábeis das controladas foram alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

### (ii) Controladas em conjunto "joint ventures"

Joint ventures são aqueles investimentos nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são consolidados proporcionalmente. A Companhia consolida linha por linha a sua participação nos ativos, passivos, ingressos, despesas e fluxos de caixa com as correspondentes linhas das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia reconhece a proporção dos ganhos e perdas nas vendas de ativos pelo grupo para a joint venture que é atribuível para os outros sócios. A Companhia não reconhece sua participação de ganhos da joint venture correspondentes a compras pela Companhia e suas subsidiárias de ativos da joint venture até sua venda para um terceiro. As perdas são reconhecidas de forma imediata se representam evidência de uma redução no valor de realização dos ativos circulantes ou uma perda por impairment.

### (iii) Coligadas

Coligadas são entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa e que não se configura como controlada ou participação em controlada em conjunto (joint ventures). Influência significativa é o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é geralmente evidenciada por uma participação no poder de voto de 20% ou mais, representação no conselho de administração ou na diretoria da investida, participação nos processos de elaboração de políticas, operações materiais entre o investidor e investida, intercâmbio de diretores ou gerentes ou fornecimento de informação técnica essencial. A Companhia reconhece sua participação em coligada pelo método da equivalência patrimonial. No momento da aquisição o custo do investimento é representado pelo valor justo dos ativos e passivos da coligada adquiridas, sendo a diferença apurada entre o valor pago e o valor de mercado desses ativos e passivos classificado como ágio ("goodwill").

### (b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controlada em conjunto e em coligada pelo método de equivalência patrimonial,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

enquanto conforme IFRS seria a custo ou valor justo.

Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento na controlada em conjunto e coligada foi inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos do período, gerados pelas investidas. A parte da Companhia no lucro ou prejuízo do período das investidas é reconhecida no lucro ou prejuízo do período. As distribuições recebidas das investidas reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes no valor contábil dos investimentos também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional do investidor nas variações de saldo dos componentes dos outros resultados abrangentes das investidas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido.

### 2.3 Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva sob a orientação do Conselho de Administração a quem cabe as decisões estratégicas da Companhia.

### 2.4 Conversão em moeda estrangeira

### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado em forma separada junto com a receita ou despesa financeira.

### 2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 2.6 Ativos financeiros

### 2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado ("mantido para negociação") e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

### (a) Mantidos para negociação

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos, quando contratados, também são categorizados como mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

### (b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria, os empréstimos concedidos e os recebíveis, que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (os quais são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

### 2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação. Os ativos financeiros mantidos para negociação são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras ou Despesas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mantidos para negociação é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 2.6.3 Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

### 2.6.4 Impairment de ativos financeiros

#### Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

### 2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado (valor justo), ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

### 2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de realização. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à subutilização da capacidade normal é debitado ao resultado do período. As peças para reposição são registradas com base no custo de aquisição e baixadas como custo de produção por ocasião do consumo ou da obsolescência.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 2.9 Depósitos judiciais

Os depósitos são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tais depósitos sejam legalmente compensáveis contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

### 2.10 Ativos intangíveis

### Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *software*s são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *software*s identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *software*s e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *software*s reconhecidos como ativos, são amortizados usando-se o método linear.

### 2.11 Imobilizado

Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de demais ativos é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, como segue:

	THIOS
Edifícios e construções	25 a 31
Equipamentos e instalações	10 a 14
Veículos	5 a 6
Móveis, utensílios e demais bens	5 a 10

Anns

A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na demonstração do resultado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

### 2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

### 2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 2.14 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

#### 2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos, quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### 2.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social também são reconhecidos no resultado abrangente ou no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

### 2.17 Benefícios aos empregados

### (a) Obrigações de aposentadoria

A controlada em conjunto opera planos de pensão de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando como referencia taxas de juros de títulos de longo prazo de alta qualidade.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, o que for maior, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

### (b) Assistência médica pós-aposentadoria

A controlada em conjunto Carbocloro oferece a seus funcionários um benefício de plano de saúde pós-aposentadoria. O benefício é concedido quando, de forma cumulativa: (i) o funcionários tenha seu contrato de trabalho rescindido, (ii) tenha mais de 55 anos de idade e (iii) tenha cumprido com um período de, no mínimo, dez anos de trabalho nessa controlada em conjunto. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, o que for maior, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

#### (c) Aposentadoria compulsória

A controlada em conjunto Carbocloro possui um programa de aposentadoria compulsória mediante o qual se encerra o vínculo empregatício quando o funcionário atinge uma determinada idade. Os custos esperados com esse programa são calculados anualmente por atuários independentes utilizando-se o método de crédito unitário projetado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (d) Benefícios de longo prazo - gratificação por tempo de serviço

Os benefícios de longo prazo da controlada em conjunto Carbocloro são exigíveis quando o empregado permanece por um determinado tempo de serviço na empresa, neste caso, dez anos, e a partir deste tempo a cada cinco anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais são debitados ou creditados ao resultado em forma imediata. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados

### (e) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente apropriado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

### 2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os valores das receitas e dos custos podem ser mensurados com segurança, (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) os riscos e benefícios associados a transação são substancialmente transferidos ao comprador. Na prática, a Companhia adota como critério de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

### 2.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Quando a Companhia compra ações do próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

### 2.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, incluindo os juros sobre o capital próprio, para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ou na data de pagamento, se for anterior.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# 2.21 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 19 "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 11 "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3 Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

### (a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e contribuição social. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda e contribuição social. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos serão devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

### (b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificados de depósito bancários ou operações compromissadas da compra e revenda ou ainda derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros não negociados em mercados ativos.

### (c) Benefícios de empregados

O valor atual de obrigações de planos de pensão, assistência médica, aposentadoria compulsória e gratificação por tempo de serviço depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações de benefícios de empregados.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de benefícios de empregados. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera como referência as taxas de juros de títulos públicos denominados em reais e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de benefícios de empregados.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 21.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (d) Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia na medida em que impacta o valor de despesa de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada e níveis de manutenção e desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

### (e) Provisões

A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

### 4 Gestão de risco financeiro

### 4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A política da Companhia e sua controlada em conjunto para a utilização de instrumentos derivativos é voltada apenas para a proteção do risco com a variação cambial. Quando necessário, a mesma se utiliza dos instrumentos derivativos para proteção de seu passivo financeiro e fluxo de caixa contra os movimentos adversos da taxa de câmbio, sendo que, nenhuma operação é realizada para fins especulativos. Toda e qualquer operação de *hedge* ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

### (a) Risco de mercado

### (i) Risco cambial

A Companhia e sua controlada em conjunto estão suscetíveis a esta variação em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano e o euro, conforme a seguir detalhado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Consolidado
	31 de dezembro de 2011		31 de dezen	ıbro de 2010
	Moeda estrangeira - milhares	Reais	Moeda estrangeira - milhares	Reais
Ativo Contas a receber em US\$	958	1.795	2.704	4.503
Passivo Fornecedores em US\$ Empréstimos em US\$ Empréstimos em €	(10.607) (1.426)	(19.895) (3.471)	(10) (15.766) (2.140)	(16) (26.270) (4.766)
Exposição líquida		(21.571)		(26.549)

A estratégia para o gerenciamento do risco de variação cambial deve ser defensiva, tratando de proteger os resultados financeiros e o fluxo de caixa contra os movimentos adversos das taxas de câmbio. Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições aos instrumentos derivativos contratados. A Companhia e sua controlada em conjunto gerenciam o risco de variação cambial através de planilhas e monitoramento de preços e curvas de mercado.

### (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas e coligadas decorre de empréstimos e de aplicações financeiras. Os empréstimos e aplicações financeiras contratados a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos contratados a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

### (b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, ativos financeiros mensurados ao valor justo e contas a receber de clientes.

A política de vendas da controlada em conjunto está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A administração da Companhia e sua controlada monitoram o risco do saldo a receber de clientes, avaliando a necessidade de se constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia possui política de avaliação de crédito de instituições financeiras. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia, somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

crédito avaliado por agências especializadas (agências de *rating* e de diagnóstico de crédito). A Companhia mantém o monitoramento do cumprimento de seus procedimentos de seleção de instituições financeiras.

### (c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e de sua controlada em conjunto não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

		Controladora				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011 Empréstimos Fornecedores Outras obrigações	189.528 936 948	138.567	126.670	244.522 8.446 16.956	159.013	126.824
Em 31 de dezembro de 2010 Empréstimos Fornecedores Outras obrigações	168.921 249 2.799	189.885	265.772	205.231 6.495 17.776	225.856	285.502

### (d) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. A administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentando um cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM por meio da Instrução nº 475/08, os quais consideram 25% e 50% de deterioração da variável de risco denominados, respectivamente (cenários II (possível) e III (remoto)).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2011

### (i) Financiamentos

1 muncium	icitos				Controladora
Indexador	Valor	Risco	Cenário provável	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%
CDI	376.000	Alta do CDI	10.918	13.648	16.378
					Consolidado
Indexador	Valor	Risco	Cenário provável	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%
CDI TJLP CESTA LIBOR FIXA	399.899 24.708 5.331 6.663 11.372	Alta do CDI Alta da TJLP Alta do dólar + alta da Cesta Alta do dólar + alta da LIBOR Alta do dólar/alta do Euro	11.422 455 (95) (159) (90)	14.238 455 1.149 1.467 2.730	17.049 455 2.393 3.094 5.551

### (ii) Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários

				Controlado	ra e Consonuado
Indexador	Valor	Risco	Cenário provável	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%
CDI IGPM	402.972 2.117	Baixa do CDI Baixa do IGPM	11.490 27	8.618 20	5.745 14

Controladora a Consolidado

### (iii) Premissas utilizadas nas simulações

Indexador	<u>Cenário provável</u>	Cenário possível	Cenário remoto
Taxa de câmbio (R\$/U\$)	1,8200	2,2750	2,7300
Euro (R\$/Euro)	2,4342	3,0428	3,6513
CDI - % (financiamentos)	10,8700	13,5875	16,3050
CDI - % (TVM)	10,8700	8,1525	5,4350
IGPM - % (TVM)	5,1000	3,8250	2,5500
LIBOR - %	0,5200	0,5200	0,5200
TJLP - %	6,0000	6,0000	6,0000
CESTA - %	3,5900	3,5900	3,5900

### 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices consolidados de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 podem ser assim sumariados:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Total dos empréstimos (Nota 17) Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 7) Menos - Títulos e valores mobiliários (Nota 8)	(447.973) 8.638 405.089	(571.929) 24.914 <u>570.870</u>
(Dívida líquida) ativos financeiros líquidos	(34.246)	23.855
Total do patrimônio líquido	381.293	374.087
Total do capital	415.539	350.232
Índice de alavancagem financeira - %	8,24	(6,81)

O aumento no índice de alavancagem financeira em 2011, foi decorrente, substancialmente, da aquisição de 25,25% do capital total da coligada Tecsis, no montante de R\$ 126 milhões aportados em 06 de junho de 2011.

### 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica a alteração ao IFRS 7 e CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# 5 Instrumentos financeiros por categoria

				Controladora
	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Ativos financeiros mantidos para negociação	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial 31 de dezembro de 2011 Títulos e valores mobiliários Caixa e equivalentes de caixa	5.422		405.089	405.089 5.422
Depósitos judiciais	33.921			33.921
	39.343		405.089	444.432
31 de dezembro de 2010 Títulos e valores mobiliários Caixa e equivalentes de caixa Depósitos judiciais Partes relacionadas	19.973 80.237 5.000	73.199	497.671	570.870 19.973 80.237 5.000
	105.210	73.199	497.671	676.080

		Controladora
	2011	2010
Outros passivos financeiros, conforme balanço patrimonial Empréstimos Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações	376.000	488.525
legais e estatutárias (*)	936	249
	376.936	488.774

<sup>(\*)</sup> As obrigações legais estatutárias estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Consolidado
	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Ativos financeiros mantidos para negociação	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial 31 de dezembro de 2011				
Contas a receber de clientes	35.901			35.901
Títulos e valores mobiliários	0.600		405.089	405.089
Caixa e equivalentes de caixa	8.638			8.638
	44.539		405.089	449.628
31 de dezembro de 2010				
Contas a receber de clientes	38.702			38.702
Títulos e valores mobiliários Caixa e equivalentes de caixa	94.014	73.199	497.671	570.870
Caixa e equivalentes de caixa	24.914			24.914
	63.616	73.199	497.671	634.486

<sup>(\*)</sup> Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

		Consolidado
	2011	2010
Outros passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial Empréstimos Fornecedores Outros passivos	447.973 8.446 16.956	571.929 6.495 17.776
	473.375	596.200

### 6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

		Consolidado
	2011	2010
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1 - Risco Nulo	18.876	19.495
Grupo 2 - Risco Mínimo	1.804	4.096
Grupo 3 - Risco Baixo	6.139	6.332
Grupo 4 - Risco Significativo	8.979	8.647
Grupo 5 - Risco Alto	2.159	2.132
Total de contas a receber de clientes	37.957	40.702

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		dora Consolida	
	2011	2010	2011	2010
Conta-corrente, depósitos bancários de curto prazo e títulos e valores mobiliários em entidades de primeira linha de risco de crédito (*) Entidades com risco de credito maior	410.505	590.836	413.721	594.765 
	410.505	590.836	413.721	595.778

<sup>(\*)</sup> O saldo residual do item "Caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa, de forma que não oferece risco de crédito.

### 7 Caixa e equivalentes de caixa

_	Controladora			Consolidado	
_	2011	2010	2011	2010	
Recursos em caixa e contas-correntes bancárias Certificado de Depósitos Bancários (CDBs)	33	31	3.249	3.959	
com liquidez diária garantida contratualmente	5.389	19.942	5.389	20.955	
_	5.422	19.973	8.638	24.914	

### 8 Títulos e valores mobiliários

	Controladora			Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Certificado de Depósitos Bancários (CDBs)	382.417	522.997	382.417	522.997
Cotas de fundos de investimentos	9.623	36.791	9.623	36.791
Títulos públicos		5.908		5.908
Debêntures empresas privadas	13.049		13.049	
Operações compromissadas		5.063		5.063
Outros		111		111
Circulante	405.089	570.870	405.089	570.870

Os ativos financeiros mantidos para negociação estão apresentados em "Atividades operacionais" como parte das variações do capital circulante na demonstração do fluxo de caixa. As variações desse ativos financeiros estão registradas como "Receitas financeiras" no resultado (Nota 26).

### 9 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 10 Contas a receber

		Consolidado
	2011	2010
Contas a receber de clientes Menos - provisão para crédito de liquidação duvidosa	37·957 (2.056)	40.702 (2.000)
	35.901	38.702
Parcela circulante Parcela não circulante	34.299 1.602	38.559 14 <u>3</u>

Todas as contas a receber não circulantes vencem em no máximo cinco anos a contar da data do balanço.

Os valores justos das contas a receber de clientes se assemelham aos seus respectivos valores contábeis.

Em 31 de dezembro de 2011, contas a receber no valor de R\$ 33.212 (2010: R\$ 38.141) estavam totalmente adimplentes.

Em 31 de dezembro de 2011, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 2.586 (2010: R\$ 561) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Consolidado
2011	2010
2.586	561

Em 31 de dezembro de 2011, contas a receber de clientes vencidas e provisionadas totalizavam R\$ 2.158 (2010: R\$ 1.439). O valor da provisão era de R\$ 2.056 em 31 de dezembro de 2011 (2010: R\$ 2.000). As contas a receber individualmente *impaired* referem-se a clientes em processos judiciais. Esses valores encontram-se vencidos há mais de seis meses.

As contas a receber de clientes da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

		Consolidado
	2011	2010
Reais Dólares americanos convertidos em reais	36.162 1.795	36.199 4.503
	37.957	40.702

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

		Consolidado
	2011	2010
Em 1º de janeiro Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	2.000 56	3.641
Valores não usados, estornados		(1.641)
Em 31 de dezembro	2.056	2.000

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

### 11 Impostos a recuperar

		Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda (i) ICMS a recuperar (ii)	24.559	11.876 118	24.559 2.836	11.876 5.250
PIS e COFINS (ii) Outros	2.788	2.659 49	3.657 953	5.340 885
	27.347	14.702	32.005	23.351
Circulante Não circulante	27.347	14.702	30.523 1.482	21.192 2.1 <u>59</u>

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os valores são substancialmente provenientes dos impostos e tributos, a saber:

- (i) Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e JCP e saldo negativo de IRPJ da controladora;
- (ii) Impostos incidentes sobre aquisições de ativo imobilizado da controlada em conjunto Carbocloro, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 12 Estoques

		Consolidado
	2011	2010
Matérias-primas Produtos acabados e em elaboração Materiais auxiliares de manutenção e de consumo	6.603 3.210 9.775	2.172 2.867 8.156
	19.588	13.195
Circulante Não circulante	12.884 6.704	7.825 5.370

O custo dos estoques reconhecidos diretamente ao resultado do exercício totalizou R\$ 73.895 (2010: R\$ 79.385).

### 13 Depósitos judiciais

Representam ativos da Companhia relacionados a litígios ainda pendentes de finalização e que podem ser assim apresentados:

		Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Tributários (*) Trabalhistas	32.788 1.133	79.004 1.2 <u>33</u>	32.788 1.133	79.129 1.2 <u>33</u>
Não Circulante	33.921	80.237	33.921	80.362

<sup>(\*)</sup> Em 31 dezembro de 2011 inclui principalmente, depósito, referente a PER/DCOMP indeferido, que está apresentado pelo seu valor atualizado no montante de R\$ 17.526 (2010 -R\$ 16.014).

Em 31 dezembro de 2010 inclui principalmente, R\$ 58.503, referente a processos de execução fiscal em que se busca responsabilizar a Companhia por débitos de ex-controlada. Em fevereiro de 2011, foi extinta uma das execuções fiscais através de sentença da mesma data, o que permitiu a Companhia, após o trânsito em julgado da mesma, liberar em junho de 2011, o valor do depósito corrigido de R\$ 51 milhões.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 14 Investimentos em subsidiárias

	•	_	~
IVI	ovim	enta	acao

110 vineituşuo		Controladora
	2011	2010
Em 1º de janeiro Aquisição de investimento – proporcional ao valor	177.878	162.108
do patrimônio líquido da coligada (Nota 1) Aquisição de investimento – proporcional ao valor da	24.790	
mais valia de ativos e passivos da coligada	58.612	
Ágio sobre aquisição Tecsis (Nota 1)	42.550	
Participação nos lucros de investidas	17.396	38.286
Variações cambiais	47	(16)
Dividendos recebidos de investidas	(40.000)	(22.500)
Em 31 de dezembro	281.273	177.878
		Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Em 1º de janeiro		40 2010
Aquisição de investimento – proporcional ao valor		
do patrimônio líquido da coligada (Nota 1)	24.790	
Ágio sobre aquisição Tecsis (Nota 1)	42.550	
Aquisição de investimento – proporcional ao valor da		
mais valia de ativos e passivos da coligada	58.612	
Participação nos lucros (prejuízos) de investida	(25.574)	
Em 31 de dezembro	100.378	

Conforme descrito na nota 1, no segundo trimestre de 2011, a Companhia concretizou o processo de aquisição de 31,05% do capital votante e 25,25% do capital total da Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. Em conexão com este investimento, foi firmado um acordo de acionistas entre os detentores de todas as suas ações; entretanto, tal acordo não tem como finalidade estabelecer a decisão conjunta e unânime das diretrizes operacionais e financeiras da Tecsis.

Considerando as melhores estimativas da administração, o valor pago foi classificado como custo do investimento no montante de R\$ 83.402, que inclui mais valia de ativos e passivos da coligada no valor de R\$ 58.612 composto basicamente por:

Mais valia de ativos e passivos	Prazo de amortização	Valor	
Ativo imobilizado	Média de 10 anos	3.929	
Know how/ tecnologia	10 anos	52.101	
Carteira de clientes	10 anos	14.376	
Marcas	Não definida	14.743	
Outros	Não definida	3.657	
Tributos diferidos	Não definida	(30.194)	
Em 31 de dezembro	<u>-</u>	58.612	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos em 31 de dezembro de 2011 estão representados por:

Nome	<u>País</u>	Negócio	direta nas ações ordinárias - %
Carbocloro S.A. Indústrias Químicas	Brasil	Cloro e Soda	50,00
Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A	Brasil	Energia Eólica	25,25
Unipar Commerce and Distribution INC	Ilhas Virgens Britânicas	Trading	100,00

Dauti aim a a 2 a

Demonstramos abaixo a participação da Companhia em sua controlada em conjunto, controlada direta e coligada, todas companhias de capital fechado:

	_		31	de dezemb	oro de 2011
	Participação direta nas ações ordinárias -%	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Carbocloro S.A. Indústrias Químicas Tecsis Tecnol. e Sistemas Avançados S.A. Unipar Commerce and Distribution INC	50% 25,25% 100%	307.915 186.346 402	127.423 161.415	345.351 92.064	42.975 (25.574) (5)
			31	de dezemb	ro de 2010
	Participação direta nas				
	ações ordinárias -%	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Carbocloro S.A. Indústrias Químicas Unipar Commerce and Distribution Inc	50% 100%	317.493 361	139.977	307.818 14.818	38.290 (4)

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# 15 Intangível

<u> </u>			Consolidado
	Direito de uso de software	Pesquisa e Desenvolvimento	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010			
Saldo inicial	598	1.053	1.651
Transferências	67	, ,	67
Alienação Amortização (Nota 25)	(191)	(273)	(273) (191)
Aliioi tização (Nota 25)	(191)		(191)
Saldo contábil, líquido	474	780	1.254
Em 31 de dezembro de 2010		-0.5	
Custo Amortização e <i>impairment</i> acumulados	1.924 (1.450)	780	2.704 (1.450)
miorazação e impairment acumulados	(1.450)		(1,450)
Saldo contábil, líquido	474		1.254
Exercício findo em 31 de dezembro			
de 2011			
Saldo inicial	474	780	1.254
Aquisições	11		11
Transferências Alienacão	27 (186)		27 (186)
Baixa da Amortização	184		184
Amortização do exercício (Nota 25)	(177)		(177)
Saldo contábil, líquido	333	780	1.113
Pro es de describer de cosa			
Em 31 de dezembro de 2011 Custo	1.776	780	2.556
Amortização e <i>impairment</i> acumulados	(1.443)		(1.443)
Saldo contábil líquido	333	780	1.113
<b>1</b>	000	700	

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 16 Imobilizado

									Consolidado
	Terrenos	Edificações e construções	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Demais bens	Total em operação	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010									
Saldo inicial Aguisições	5.070	43.273	165.778	1.450	2.456	1.905 60	219.932 62	27.734 13.802	247.666 13.864
Transferências		1.650	22.074	115	207	407	24.453	(24.428)	25
Alienações/baixas		(92)	(80)	(1.040)	(60)	(77)	(1.349)		(1.349)
Depreciação (Nota 25) Baixa de depreciação		(1.635)	(17.177)	(340)	(477)	(376)	(20.005)		(20.005)
Baixa de depreciação			43	529	39	50	661		661
Saldo contábil, líquido	5.070	43.196	170.638	714	2.167	1.969	223.754	17.108	240.862
Em 31 de dezembro de 2010									
Custo ou avaliação	5.070	58.560	361.236	1.410	5.300	5.210	436.786	17.108	453.894
Depreciação acumulada		(15.364)	(190.598)	(696)	(3.133)	(3.241)	(213.032)		(213.032)
Saldo contábil, líquido	5.070	43.196	170.638	714	2.167	1.969	223.754	17.108	240.862
Em 31 de dezembro de 2011									
Aquisições		_	_	203		28	231	16.913	17.144
Transferências		803	12.831	541	648	410	15.233	(15.260)	(27)
Alienações/baixas Depreciação (Nota 25)		(1.727)	(1.439) (18.559)	(770) (222)	(226) (441)	(913) (361)	(3.348) (21.310)		(3.348) (21.310)
Baixa de depreciação			1.385	465	189	886	2.925		2.925
Saldo contábil, líquido	5.070	42.272	164.856	931	2.337	2.019	217.485	18.761	236.246
Em 31 de dezembro de 2011									
Custo ou avaliação	5.070	59.363	372.628	1.384	5.722	4.735	448.902	18.761	467.663
Depreciação acumulada		(17.091)	(207.772)	(453)	(3.385)	(2.716)	(231.417)		(231.417)
Saldo contábil, líquido	5.070	42.272	164.856	931	2.337	2.019	217.485	18.761	236.246

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não existiram circunstâncias que levassem a Companhia a proceder alterações significativas na vida útil de seu ativo imobilizado. Ainda durante o exercício não foi identificada necessidade de constituição de impairment para os bens do ativo imobilizado.

### 17 Empréstimos e Financiamentos

		Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	
Financiamentos em moeda nacional					
Atualizados com base na variação da					
UR - TJLP (TJLP + 2,33%)			24.708	41.942	
Atualizados com base na variação do					
CDI (106,79% do CDI)	376.000	488.525	399.899	498.951	
Financiamentos em moeda estrangeira					
Dólar norte-americano					
Prefixado (5,85% a.a.)			7.901	9.039	
LIBOR (LIBOR + 2% a.a.)			6.663	9.864	
Cesta de moedas (Cesta +2,01% a.a.)			5.331	7.367	
Euro					
Prefixado (5,28% a.a.)			3.471	4.766	
Total dos empréstimos e financiamentos	376.000	488.525	447.973	571.929	
Circulante	153.080	118.258	205.307	149.993	
Não circulante	222.920	370.267	242.666	421.936	

A exposição dos empréstimos da Companhia a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

		Controladora Consolidad		Consolidado
	2011	2010	2011	2010
2011		118.258		149.993
2012	153.080	147.347	205.307	180.180
2013	111.393	111.393	130.985	130.092
2014	111.527	111.527	111.681	111.664
	376.000	488.525	447.973	571.929

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são os seguintes:

	Control				
		Valor contábil		Valor justo	
	2011	2010	2011	2010	
Financiamentos em moeda nacional	376.000	488.525	371.534	482.789	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Consolidado
	Valor contábil			Valor justo
	2011	2010	2011	2010
Financiamentos em moeda nacional Financiamentos em moeda estrangeira	424.607 23.366	540.892 31.037	420.147 23.40 <u>5</u>	535.218 30.878
	447.973	571.929	443.552	566.096

Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa média de empréstimos de 120% do CDI em 2011 (2010 - 119% do CDI).

Os valores contábeis dos empréstimos de curto prazo aproximam-se de seus valores justos.

Como garantia dos empréstimos obtidos pela Companhia foram oferecidas ações da Carbocloro S.A. Indústrias Químicas e aplicação em CDB no Banco do Brasil.

Certos empréstimos apresentam também cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia estava adimplente com o atendimento dessas cláusulas.

### 18 Contingências

_		31/12/2011		31/12/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
Fiscais Trabalhistas Ambientais	2.921 500	20.454 500 434	2.855 500	20.271 500 545	
Total	3.421	21.388	3.355	21.316	
Depósito judicial	(2.921)	(10.152)	(2.855)	(11.316)	
Saldo (não circulante)	500	11.236	500	10.000	

### (a) Fiscais

### (i) PIS/COFINS

Em função de ter sido revogada a liminar concedida anteriormente para a suspensão da exigibilidade destas contribuições devidas na forma da Lei  $n^{o}$  9.718/98, garantindo o direito de recolhimento das referidas contribuições calculadas na forma da legislação anterior (Lei Complementar  $n^{o}$  70/91), a Companhia efetuou depósito judicial do mesmo valor provisionado no montante de R\$2.921 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$ 2.855).

A controlada em conjunto Carbocloro possui também provisão para contingência de PIS no montante de R\$ 12.029 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$ 11.571), correspondente a participação da

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora de 50% nessa empresa, que se refere a compensações efetuadas com a utilização de recolhimentos desse tributo no período de março de 1996 a janeiro de 1999, que estão sendo discutidos judicialmente.

### (ii) Imposto de renda e contribuição social

A Carbocloro S.A. Indústrias Químicas constituiu provisão para contingência no valor de R\$ 3.171 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$ 3.171), correspondente a participação da Controladora em 50% nessa empresa, referente à correção monetária das parcelas do imposto de renda do exercício de 1989 e imposto de renda sobre lucro líquido e contribuição social de 1990.

### (b) Remediação ambiental

A controlada em conjunto Carbocloro usa diversos produtos químicos na produção de soda cáustica, cloro e derivados. Com base em estudos elaborados por empresa especializada, a Carbocloro, a fim de atender à legislação ambiental em vigor constituiu, em anos anteriores, provisão para remediação ambiental. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 434 (2010 - R\$ 545), correspondente à participação da Companhia de 50% nessa empresa, demonstrado dentro de outras provisões.

### Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada em conjunto possuem em 31 de dezembro de 2011 disputas judiciais fiscais no montante de R\$ 51.818 (2010 - R\$ 33.393), que se referem substancialmente a compensações de PIS/COFINS, para as quais os consultores jurídicos consideram como possíveis as possibilidades de perdas e, portanto, não há provisão constituída.

### 19 Participação nos lucros e resultados

A participação dos empregados nos resultados apurados no exercício é determinada respeitando-se os acordos celebrados entre a Companhia e seus empregados, com a participação dos sindicatos classistas, observando-se as disposições legais, conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia.

As empresas controlada em conjunto e coligada também firmaram acordo para participação dos empregados nos lucros, sempre conforme a legislação pertinente.

### 20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em

Em 31 de dezembro

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores de compensação são os seguintes:

Consolidado

				00110011444
		_	2011	2010
Ativo de imposto diferido				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado a	pós 12 meses		5.717	9.767
Ativo de imposto diferido a ser recuperado en	m até 12 meses	<del>-</del>	1.940	1.810
		_	7.657	11.577
		_	Controladora	e Consolidado
		_	2011	2010
Passivo de imposto diferido Passivo de imposto diferido a ser liquidado a	nós12 meses		965	1.099
Passivo de imposto diferido a ser liquidado e		_	392	413
			1.357	1.512
A	1. 1:6:1. (	_	007	
A movimentação líquida da conta de imposto de ren	da diferido e a segui	nte:		
	Con	troladora		Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Em 1º de janeiro	(1.512)	(3.584)	10.065	8.168
Encargo da demonstração do resultado Diferença cálculo depreciação PN 01/2011	155	2.072	1.002 (4.767)	1.897

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

(1.512)

6.300

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Con	nsolidado
Ativo de imposto diferido	Contingências	Obrigação de benefícios de empregados	Provisões	Efeito no cálculo da depreciação PN nº 1 de 2011	Outros	Total
Saldo inicial Debitado (Creditado) à demonstração do	5.244	4.668	1.624		216	11.752
resultado	(222 )	264	(246)		29	(175)
Em 31 de dezembro de 2010	5.022	4.932	1.378		245	11.577
Debitado (Creditado) à demonstração do						
resultado	86	533	(184)	(4.767)	412	(3.920)
Em 31 de dezembro de 2011	5.108	5.465	1.194	(4.767)	657	7.657

_	Controladora e Consolidado
Passivo de imposto diferido	IOF e comissão de financiamentos
Saldo Inicial	3.584
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	(2.072)
Em 31 de dezembro de 2010	1.512
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	(155_)
Em 31 de dezembro de 2011	1.357

A controlada em conjunto Carbocloro, optou pela utilização dos critérios estabelecidos no parecer normativo nº 1 de 29 de julho de 2011, onde as diferenças no cálculo da depreciação de bens do ativo imobilizado decorrentes do disposto no § 3º do artigo 189 da Lei de nº 6.404, de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 2009, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de calculo da CSLL da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, gerando um compromisso a longo prazo no montante de R\$ 4.767 correspondente à participação de 50% da Companhia na controlada em conjunto.

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio dos lucros tributáveis futuros. A Companhia não reconheceu ativos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 208.029 (2010 - R\$ 207.223) com relação a prejuízos fiscais no montante de R\$ 611.850 (2010 - R\$ 609.479), que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Obrigações de benefícios de empregados

### (a) Benefícios de plano de pensão - Unipar

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios pós-emprego na modalidade de contribuição definida administrado pela BRASILPREV Seguros e Previdência S.A., plano este que até outubro de 2009 era administrado pela Itaú Previdência e Seguros S.A. De acordo com a legislação de portabilidade, os colaboradores tem a opção de transferir seus recursos do antigo para o atual plano de previdência privada.

No plano de Contribuição Definida, os benefícios serão disponíveis a partir da idade de aposentadoria contratada, calculados no momento da concessão da aposentadoria, de acordo com o fundo acumulado existente naquela data.

O montante das contribuições da Companhia à este plano totalizou R\$ 330 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$ 352).

### (b) Benefícios de plano de pensão - Carbocloro

A Carboprev foi constituída em 1º de setembro de 1997, como resultado da transferência dos participantes empregados da Carbocloro que estavam vinculados ao plano da Vulcaprev - Sociedade de Previdência Privada.

A Carbocloro patrocina integralmente a suplementação de aposentadoria de seus funcionários através de um plano básico com benefício definido, com 416 participantes em 31 de dezembro de 2011 (2010 - 410 participantes), e contribui em um plano de contribuição definida, custeado também pelos funcionários, contando com 294 participantes em 31 de dezembro de 2011 (2010 - 286 participantes), estando a administração desses planos a cargo da Carboprev Sociedade de Previdência Privada.

### (c) Benefícios de assistência médica

A controlada em conjunto Carbocloro possui plano de assistência médica como benefício pós-emprego correspondente a um complemento de 50% em média do plano de saúde escolhido pelo funcionário aposentado e estendido ao cônjuge por um período de quatro anos. O plano é estruturado na modalidade de benefício definido, determinado anualmente em razão de cálculo atuarial procedido por atuário independente.

Em 31 de dezembro de 2011, a provisão para os gastos com assistência médica complementar pós -aposentadoria estão estimadas em R\$ 3.678 (2010 - R\$ 3.367), correspondente a participação da Controladora em 50% nessa empresa.

### (d) Benefícios de aposentadoria compulsória

Em 10 de maio de 2004, foi aprovada pela diretoria da Carbocloro a política corporativa de desligamento

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de funcionários que inclui o desligamento compulsório de funcionários atingindo a idade limite de 60 anos. Nesses casos, a política define o pagamento de todas as verbas rescisórias normalmente pagas no desligamento de funcionários, inclusive a multa rescisória de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Este benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

### (e) Gratificação por tempo de serviço

A controlada Carbocloro opera com outros benefícios de longo prazo referente a gratificações por tempo de serviço. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes aquelas usadas para o plano de pensão de benefício definido. Este plano não é financiado. Este benefício é contabilizado como uma obrigação de longo prazo.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial (correspondente a participação de 50%, nessa controlada em conjunto) são os seguintes:

					2011
					Consolidado
	Beneficio definido de plano de pensão	Assistência médica	Benefícios de aposentadoria compulsória	Gratificação por tempo de serviço	Total
Valor presente das obrigações financiadas Valor justo dos ativos do plano	37.854 (42.347)				37.854 (42.347)
Valor presente das obrigações não financiadas Perdas atuariais não reconhecidas Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	(4.493) 4.444 49	3.291 387	10.390	2.005	(4.493) 15.686 4.831 49
(Ativo)/passivo no balanço patrimonial		3.678	10.390	2.005	16.073
					2010
_					Consolidado
	Benefício definido de plano de pensão	Assistência médica	Benefícios de aposentadoria compulsória	Gratificação por tempo de serviço	Total
Valor presente das obrigações financiadas Valor justo dos ativos do plano	33.573 (40.912)				33.573 (40.912)
Valor presente das obrigações não financiadas Perdas atuarias não reconhecidas	(7.339) 6.682	2.862 505	9.268	1.867	(7.339) 13.997 7.187
(Ativo)/passivo no balanço patrimonial	(657)	3.367	9.268	1.867	13.845

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação (correspondente à participação de 50%, nessa controlada em conjunto) da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

					Consolidado
	Beneficio definido de plano de pensão	Assistência médica	Benefícios de aposentadoria compulsória	Gratificação por tempo de serviço	Total
Em 31 de dezembro de 2010	33.573	3.367	9.268	1.867	48.075
Custo do serviço corrente	793	123	448	106	1.470
Custo financeiro	3.529	295	888	184	4.896
Impactos das alterações do plano			1.470		1.470
Contribuições dos participantes do plano	1				1
Perdas (ganhos) atuarias	1.065	(17)	(861)	200	387
Beneficios pagos	(1.107)	(90)	(823)	(352)	(2.372)
Em 31 de dezembro de 2011	37.854	3.678	10.390	2.005	53.927

A movimentação (correspondente a participação de 50%, nessa controlada em conjunto) do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Benefício definido de plano de pensão
	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2010	40.912
Retorno esperado sobre os ativos do plano	4.516
Ganhos (perdas) atuarias	(1.974)
Contribuições dos empregados	1
Benefícios pagos	(1.107)
Em 31 de dezembro de 2011	42.348

Os valores reconhecidos (correspondente a participação de 50%, nessa controlada em conjunto) na demonstração do resultado são:

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				31 de dezembr	o de 2011
				Сот	solidado
	Benefício definido de plano de pensão	Assistência médica	Benefícios de aposentadoria compulsória	Gratificação por tempo de serviço	Total
Custo dos serviços correntes Custo financeiro Retorno esperado sobre os ativos do plano Custo do serviço passado	793 3.529 (4.516)	123 295	448 888 1.470	106 184	1.470 4.896 (4.516) 1.470
Perdas atuarias reconhecidas no exercício Outros efeitos	801 49	(17)		200	123 49
Total incluído nos custos de pessoal	656	401	1.945	490	3.492
			:	31 de dezembre	o de 2010
				Cor	solidado
	Benefício definido de plano de pensão	Assistência médica	Benefícios de aposentadoria compulsória	Gratificação por tempo de serviço	Total
Custo dos serviços correntes Custo financeiro	754 3.169	110 273	364 854	103 199	1.331 4.495
Retorno esperado sobre os ativos do plano Perdas atuarias reconhecidas no	(4.294)				(4.294)
exercício	(519)	(28)	797	55	305
Total incluído nos custos de pessoal	(890)	355	2.015	357	1.837

O retorno real dos ativos do plano definido de pensão foi de R\$4.516 (2010 –R\$4.294), correspondente a participação da Controladora em 50% nessa empresa.

As principais premissas atuarias utilizadas foram as seguintes:

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Cons	<u>solidado</u>
	Pe	rcentual
	2011	2010
Taxa de desconto	11,60	10,77
Taxa de inflação Retorno esperado sobre os ativos do	5,5	4,5
plano	11,26	11,38
Aumentos salariais futuros	7,40	7,63
Aumento de planos de pensão futuro	4,5	4,5

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A premissa de mortalidade baseia-se na tábua biométrica de mortalidade geral AT-2000.

### 22 Capital social

### (a) Capital autorizado

A quantidade total de ações autorizadas é de 840.000.000 em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação nessas duas datas-base, sendo as ações preferenciais limitadas a 2/3 do total, podendo ser aumentado até esse limite pelo Conselho de Administração. As ações preferenciais Classe A são limitadas a 25.907.109 ações.

### (b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro está composto de ações nominativas escriturais, de valor unitário de R\$ 1,00, com a seguinte distribuição:

	Qua ————————————————————————————————————	ntidade de ações - em milhares
	2011	2010
Ações ordinárias Ações preferenciais Classe A Ações preferenciais Classe B	278.499 25.907 	278.499 25.907 531.092
	835.498	835.498

### (c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais.

As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre o valor nominal de cada ação, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do valor atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (d) Ações em tesouraria

Em 13 de dezembro de 2007, o Conselho de Administração autorizou a recompra de até 22.132.484 ações preferenciais de Classe B de emissão da Companhia em circulação no mercado, para permanência em tesouraria e alienação futura ou cancelamento. Com base nesta autorização as seguintes compras foram efetuadas:

Data	Quantidade de ações adquiridas	Valor	Custo médio unitário - reais
2 de fevereiro de 2008	40.000	68	1,70
4 de janeiro de 2008	40.000	67	1,68
21 de janeiro de 2008	100.000	163	1,63
23 de janeiro de 2008	50.000	80	1,60
28 de fevereiro de 2008	110.000	180	1,64
1º de abril de 2008	100.000	157	1,57
15 de abril de 2008 - Bonificação conforme AGO/AGE 16 de agosto de 2010 - Reembolso de acões PNB	44.000		
adquiridas de dissidentes	62		0,42
Em 31 de dezembro de 2010	484.062	715	1,47

Considerando a cotação das ações em bolsas de valores em 31 de dezembro de 2011, o valor de mercado dessas ações era de R\$ 291 (2010 - R\$ 281).

### 23 Reservas de lucros

Não houve movimentação de reserva de lucros no ano de 2011. Durante o exercício de 2010, a movimentação dessas reservas pode ser assim demonstrada:

	Reserva especial para dividendos	Reserva de retenção de lucros para investimentos	Total
Em 31 de dezembro de 2010 Transferência para absorção de parte do prejuízo	95.933	13.287	109.220
acumulado	(95.933)	(13.287)	(109.220)
Em 31 de dezembro de 2010			

### (a) Reserva legal

Essa reserva é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir os limites fixados pela legislação societária.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não constituiu tal reserva, em função de apresentar prejuízos acumulados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# (b) Reserva especial para dividendos - estatutária

A essa reserva são destinados, anualmente, 5% do lucro líquido do exercício, além da reversão do valor do dividendo obrigatório pago antecipadamente. O saldo não poderá exceder 20% do capital social.

Essa reserva tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar o pagamento antecipado do dividendo obrigatório durante cada exercício social até a Assembléia Geral Ordinária que aprovar as respectivas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não constituiu tal reserva, em função de apresentar prejuízos acumulados.

### 24 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Administração.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente, da operação de Cloro e Soda da sua controlada em conjunto Carbocloro S.A. Indústrias Químicas.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro, são as seguintes:

			2011			2010
	Cloro e soda	Outros	Total	Cloro e soda	Outros	Total
Demonstração de resultado						
Receita de clientes - mercado interno	326.135		326.135	286.186		286.186
Receita de clientes - mercado externo	19.216		19.216	15.230	14.818	30.048
Receita total do segmento	345.351		345.351	301.416	14.818	316.234
Custo das vendas (ex. depreciação e amortização)	(190.665)		(190.665)	(160.503)	(14.346)	(174.849)
Despesa operacional (ex. depreciação e amortização)	(68.011)	(22.821)	(90.832)	(62.906)	(15.852)	(78.758)
Depreciação e amortização	(21.165)	(322)	(21.487)	(19.667)	(529)	(20.196)
Participação nos resultados de coligadas (*)	( 1 10)	(25.574)	(25.574)	( ) / /	(0 )/	( )/
Receitas financeiras	3.221	65.230	68.451	1.573	75.326	76.899
Despesas financeiras	(7.056)	(55.195)	(62.251)	(8.728)	(69.483)	(78.211)
Ganhos cambiais financeiros, líquidos				1.453		1.453
Perdas cambiais financeiras, líquidas	(2.136)		(2.136)			
Imposto de renda e contribuição social	(16.564)	155	(16.409)	(14.348)	2.072	(12.276)
Lucro do exercício das operações continuadas líquido						
de impostos	42.975	(38.527)	4.448	38.290	(7.994)	30.296
•						
Total do ativo	307.915	581.907	889.822	317.497	691.948	1.009.445

<sup>(\*)</sup> O valor de R\$ (25.574) refere-se a participação de 25,25% na empresa Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A, fabricante de pás customizadas para geradores de energia eólica.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 25 Despesas por natureza

	Controladora		-	Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Variações nos estoques de matérias-primas, materiais de consumo, produtos em elaboração e				
produtos acabados			87.479	79.385
Energia Elétrica	56	59	70.640	61.693
Despesa com salários e benefícios a empregados	10.454	10.828	52.886	46.633
Encargos de depreciação e amortização				
(Notas 15 e 16)	322	529	21.487	20.196
Serviços de terceiros	3.895	4.805	18.880	19.631
Despesas com fretes sobre vendas			36.712	37.341
Outras	3.405	5.317	10.511	12.494
Custo total das vendas, custos de distribuição e				
despesas administrativas	18.132	21.538	298.595	277.373

### 26 Resultado financeiro

### (a) Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consolid	
	2011	2010	2011	2010
Despesa financeira Juros de empréstimos e financiamentos Outras despesas financeiras	(53.952) (1.24 <u>3</u> )	(63.093) (6.390)	(59.279) (2.972)	(70.259) (7.952)
Despesa financeira	(55.19 <u>5</u> )	(69.483)	(62.251)	(78.211)
Receita financeira Receitas de equivalentes de caixa e TVM Outras receitas	58.567 6.66 <u>3</u>	56.741 18.58 <u>5</u>	59.293 9.158	56.935 19.964
Receita financeira	65.230	75.326	68.451	76.899

# b) Ganhos (perdas) cambiais financeiros, liquidas

, <b>1</b>	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Variações cambiais ativas sobre contratos de câmbio - exportação			368	(453)
Variações cambiais passivas sobre empréstimo recebido Outras variações cambiais			(2.481) (23)	1.902 4
Ganhos cambiais financeiros líquidos			(2.136)	1.453

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# 27 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Co	ontroladora		Consolidado
_	2011	2010	2011	2010
Imposto corrente Imposto corrente sobre o lucro do exercício			(17.411)	(14.172)
Total do imposto corrente			(17.411)	(14.172)
Imposto diferido (Nota 20)				
Geração e estorno de diferenças temporárias IOF e comissão sobre financiamentos	(258) 413	2.072	589 413	(176) 2.072
Total do imposto diferido	155	2.072	1.002	1.896
Despesa de imposto de renda	155	2.072	(16.409)	(12.276)

O imposto sobre o lucro da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota média ponderada de 34%, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto	4.293	28.224	14.729	42.572
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto Resultados de subsidiárias por equivalência	(1.460)	(9.596)	(5.008)	(14.474)
patrimonial Outras exclusões (adições) permanentes, não	2.294	13.017	(12.316)	
constituição de IR e CS diferidos	(679)	(1.349)	915	2.198
Encargo fiscal	155	2.072	(16.409)	(12.276)

### 28 Lucro por ação - Básico e Diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, preferenciais Classe A e Classe B emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 22(d)). A Companhia não tem instrumentos que possam ser convertidos em ações ordinárias, preferenciais Classe A ou Classe B motivo pelo qual não há diferença entre o lucro (prejuízo) básico e diluído.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010
Lucro atribuível a:		
Ações ordinárias	600	8.949
Ações preferenciais Classe A, incluindo o mínimo prioritário	2.591	2.591
Ações preferenciais Classe B	1.257	18.756
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	4.448	30.296
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares):		
Ações ordinárias	278.499	278.499
Ações preferenciais Classe A	25.907	25.907
Ações preferenciais Classe B	530.608	530.608
Lucro básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	0,0022	0,0321
Ações preferenciais Classe A, incluindo o mínimo prioritário	0,1000	0,1000
Ações preferenciais Classe B	0,0024	0,0353

### 29 Dividendos por ação

Aos titulares de ações de qualquer espécie é assegurado, estatutariamente, em cada exercício, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária (artigo 202 da Lei  $n^{\circ}$  6.404/76).

Para atender ao dividendo mínimo prioritário atribuído às ações PN Classe A, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2010, a distribuição de dividendo complementar do exercício de 2009, no valor de R\$ 2.306.

Não obstante o procedimento acima ter sido aprovado em Assembleia de Acionistas, foi proposta por um acionista Preferencialista "B" uma representação perante à Comissão de Valores Mobiliários — CVM contra os membros do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia, questionando a legalidade dessa distribuição, tendo alguns membros do Conselho de Administração apresentado uma proposta para celebração de Termo de Compromisso, através do qual se obrigariam a restituir à Companhia a parte do montante distribuído a título de dividendos complementares. Em 17 de outubro de 2011, foi assinado o Termo de Compromisso com a CVM e restituído à Companhia o valor de R\$ 2.724, encerrando assim a referida representação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 30 Receita

	Consolidado	
Descite Described and Je View Jee	2011	2010
Receita Bruta de Vendas Mercado Interno Mercado Externo	428.827 19.216 448.043	379.916 30.048 409.964
Impostos Incidentes sobre Vendas e Abatimentos	(102.692)	(93.730)
Receita Líquida de Vendas	345.351	316.234

### 31 Compromissos

A Carbocloro S.A. Indústrias Químicas possui contratos de fornecimento de insumos diversos na modalidade *take or pay* com vigência até setembro de 2014 e montante total contratado de aproximadamente R\$ 450.401 (2010 - R\$ 571.547). Historicamente, a controlada em conjunto tem consumido de forma integral as quantidades de insumos contratadas.

### 32 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações (constituída no Brasil), que detém 57,31% das ações ordinárias da sociedade. Os 42,69 % remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

### (a) Transações

Não houve transações com partes relacionadas no ano de 2011.

	Consolidado
	2010
Contas a receber - Carbocloro	5.000
Compras de produtos - Carbocloro	6.402

# (b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros, no exercício de 2011, totalizou R\$ 3.435 e R\$ 6.665 (2010 - R\$ 3.617 e R\$ 5.426) na controladora e no consolidado, respectivamente.

\* \* \*